

A cada dia ouvimos os relatos feitos por membros do PVNC, que mostram uma epidemia de pessimismo. De acordo com estes relatos, do ponto de vista da atuação junto à sociedade, o PVNC está alheio a todas as "lutas" sociais. Do ponto de vista pedagógico, o PVNC não está trazendo propostas de inovação para contribuir com a transformação da pedagogia social apresentada por nossas Escolas tradicionais, agências sociais, responsáveis pela educação básica. Do ponto de vista econômico, o PVNC saiu de uma crise e passa por um período delicado, no qual continua não tendo propostas para aplicação do montante de suas contribuições.

Tudo isto pode ser desmistificado a partir do momento em que começamos a tornar visível fatos dos quais nós mesmos somos sujeitos. Assim, permitimos que todos entendam que o PVNC não adapta a teoria a prática e sim, faz com que a prática seja a teoria. O PVNC necessita somente de uma maior aproximação da teoria à "práxis".

O nome "Azânia é como os africanos chamam uma região localizada no Sul da África, berço da humanidade. Azânia também foi o nome dado ao movimento de consciência negra, liderado por Seteve Biko, o grupo que mais reivindicou a África do Sul a chamar-se Azânia." Para que possamos fazer jus a este nome é que estamos retomando os nossos trabalhos com todo desejo de que este seja realmente um espaço para que possamos explicitar todas as nossas lutas, manifestações, produções acadêmicas, produções populares e divulgar nossa atuação em cada lugar por onde temos passagem, para mantermos o canal de comunicação uns com os outros, permitindo que sejamos e façamos os outros serem. Pois, não podemos ignorar que a nossa iniciativa adquire forma sedutora, na medida em que as outras pessoas só tomam iniciativas mediante o apoio de outras pessoas.

Neste número de renascimento estamos dando destaque aos acontecimentos e discussões que revelam um panorama da situação do PVNC hoje e a intensidade de sua intervenção social e pedagógica. Temos a contribuição de alguns textos que nos ajudarão a refletir sobre a nossa atuação nos Núcleos e no conjunto dos Prés.

Para não deixá-los ansiosos até a leitura das próximas páginas, podemos garantir que a análise feita da atuação do PVNC, ao término desta edição, conclui que seu desempenho na mobilização das massas para a ação e reação, no que diz respeito aos acontecimentos sociopolíticos nada tem a ver com as constatações relatadas no início deste editorial.

O Jornal Azânia espera por você!

Em 1976, uma rebelião de estudantes em Soweto contra um sistema educacional ofensivo, se espalhou como fogo pelo país, seguindo um novo movimento de Consciência Negra, liderado por Steve Biko para encorajar os africanos. A prisão e a morte de Biko quem estava sob custódia da polícia gerou uma nova explosão da ira pública.

A cada dia ouvimos os relatos feitos por membros do PVNC, que mostram uma epidemia de pessimismo. De acordo com estes relatos, do ponto de vista da atuação junto à sociedade, o PVNC está alheio a todas as "lutas" sociais. Do ponto de vista pedagógico, o PVNC não está trazendo propostas de inovação para contribuir com a transformação da pedagogia social apresentada por nossas Escolas tradicionais, agências sociais, responsáveis pela educação básica. Do ponto de vista econômico, o PVNC saiu de uma crise e passa por um período delicado, no qual continua não tendo propostas para aplicação do montante de suas contribuições.

Tudo isto pode ser desmistificado a partir do momento em que começamos a tornar visível fatos dos quais nós mesmos somos sujeitos. Assim, permitimos que todos entendam que o PVNC não adapta a teoria a prática e sim, faz com que a prática seja a teoria. O PVNC necessita somente de uma maior aproximação da teoria à "práxis".

O nome "Azânia é como os africanos chamam uma região localizada no Sul da África, berço da humanidade. Azânia também foi o nome dado ao movimento de consciência negra, liderado por Seteve Biko, o grupo que mais reivindicou a África do Sul a chamar-se Azânia." Para que possamos fazer jus a este nome é que estamos retomando os nossos trabalhos com todo desejo de que este seja realmente um espaço para que possamos explicitar todas as nossas lutas, manifestações, produções acadêmicas, produções populares e divulgar nossa atuação em cada lugar por onde temos passagem, para mantermos o canal de comunicação uns com os outros, permitindo que sejamos e façamos os outros serem. Pois, não podemos ignorar que a nossa iniciativa adquire forma sedutora, na medida em que as outras pessoas só tomam iniciativas mediante o apoio de outras pessoas.

Neste número de renascimento estamos dando destaque aos acontecimentos e discussões que revelam um panorama da situação do PVNC hoje e a intensidade de sua intervenção social e pedagógica. Temos a contribuição de alguns textos que nos ajudarão a refletir sobre a nossa atuação nos Núcleos e no conjunto dos Prés.

Para não deixá-los ansiosos até a leitura das próximas páginas, podemos garantir que a análise feita da atuação do PVNC, ao término desta edição, conclui que seu desempenho na mobilização das massas para a ação e reação, no que diz respeito aos acontecimentos sociopolíticos nada tem a ver com as constatações relatadas no início deste editorial.

O Jornal Azânia espera por você!

Em 1976, uma rebelião de estudantes em Soweto contra um sistema educacional ofensivo, se espalhou como fogo pelo país, seguindo um novo movimento de Consciência Negra, liderado por Steve Biko para encorajar os africanos. A prisão e a morte de Biko quem estava sob custódia da polícia gerou uma nova explosão da ira pública.

[Capítulo 2]

2. A Distribuição da População e da Terra

2.1 Características do Território

O Brasil tem 8.547.403 quilômetros quadrados de extensão territorial. É o quarto maior país do mundo em terras contínuas, atrás apenas da Rússia, da China e do Canadá. Tem o tamanho equivalente a toda a Europa, excetuando-se a porção russa. Desses 8,5 milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia ocupa cerca de 5 milhões - ou 59% do território brasileiro - e equivale a quase dez vezes o tamanho da França. A floresta amazônica, propriamente, cobre 3,45 milhões de quilômetros quadrados, mais de 40% da área total do País.

É um país que possui quase todos os tipos de relevo, solo e clima, a maior bacia hidrográfica, o maior rio - Amazonas -, a maior floresta tropical e o maior ecossistema do planeta - o Pantanal mato-grossense - e um território que se estende abaixo e acima da linha do Equador. Nos estabelecimentos rurais resgistrados pelo IBGE, a área agricultável aparente é de 350 milhões de hectares.

2.2 A Produção do Campo

O Produto Interno Bruto do Brasil - PIB, em 1996, foi de US\$ 750 bilhões, podendo chegar a US\$ 1 trilhão, na virada do século. A agropecuária respondeu por 12% do PIB. O setor de serviços representa mais da metade do PIB e a indústria, cerca 30%. A produção de grãos cresceu de 58 milhões de toneladas, na safra de 1984/85, para 81,18 milhões de toneladas, estimadas para a safra de 1996/97. A produção de carnes foi de 11 milhões de toneladas, das quais 5,6 milhões de carne bovina e 4,5 milhões de aves, no ano passado.

As exportações brasileiras somaram, em 1996, US\$ 47,7 bilhões de dólares. Desse valor, US\$ 17,9 bilhões resultaram de vendas de produtos agropecuários. Soja (23,19 milhões de toneladas, em 1995/96), milho (32,43 milhões de toneladas), arroz (10

milhões de toneladas), trigo (3,2 milhões de toneladas) e feijão (3 milhões de toneladas) são as principais culturas de grãos do país.

2.3 O Fenômeno Demográfico

A população brasileira, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 1995, era de 152 milhões de pessoas - a quinta maior do mundo, atrás apenas da China, Índia, Rússia e Estados Unidos. Desse contingente, 120 milhões constituem a população urbana e 32 milhões vivem no meio rural.

O Brasil passou por um dos mais velozes processos de urbanização da história moderna. Em 1950, a zona rural abrigava quase 70% dos habitantes do país e, hoje, tem pouco mais de 20%. Esse êxodo rural acelerado, que perdurou até o início dos anos 90, foi quase estancado, a partir de 1995. As maiores metrópoles brasileiras praticamente pararam de crescer, a população rural mantém-se estável, desde 1992, com um pequeno crescimento, apenas, na faixa de pessoas com 10 anos e mais (ver tabela a seguir). Um quinto da população vive em cidades com menos de 20 mil habitantes. Em compensação, as cidades médias do interior do Brasil estão batendo recordes de crescimento populacional, o que aponta para uma tendência de desconcentração e de maior equilíbrio, na distribuição espacial dos habitantes.

As taxas de natalidade e de mortalidade infantil encontram-se em franco declínio, e o Brasil, lentamente, começa a adquirir algumas características dos países desenvolvidos. A expectativa de vida está aumentando e a população está envelhecendo: estima-se que, até o ano 2.000, o país terá cerca de 13 milhões de pessoas com mais de 65 anos de idade.

Copyright 1997 - O Estado de S. Paulo - Todos os direitos reservados

### Capítulo 3

## 3. A Reforma Agrária no Brasil

### 3.1 Histórico

A história da reforma agrária, no Brasil, é uma história de oportunidades perdidas. Ainda colônia de Portugal, o Brasil não teve os movimentos sociais que, no século 18, democratizaram o acesso à propriedade da terra e mudaram a face da Europa. No século 19, o fantasma que rondou a Europa e contribuiu para acelerar os avanços sociais não cruzou o Oceano Atlântico, para assombrar o Brasil e sua injusta concentração de terras. E, ao contrário dos Estados Unidos que, no período da ocupação dos territórios do nordeste e do centro-oeste, resolveram o problema do acesso à terra, a ocupação brasileira - que ainda está longe de se completar - continuou seguindo o velho modelo do latifúndio, sob o domínio da mesma velha oligarquia rural.

As revoluções socialistas do século 20 - russa e chinesa, principalmente - embora tenham chamado a atenção de parcela da elite intelectual brasileira, não tiveram mais do que influência teórica. O Brasil também não passou pelas guerras que impulsionaram a reforma agrária na Itália e no Japão, por exemplo. Tampouco fez uma revolução de bases fortemente camponesas, como a de Emiliano Zapata, no México do começo do século.

Na Primeira República ou República Velha (1889-1930), grandes áreas foram incorporadas ao processo produtivo e os imigrantes europeus e japoneses passaram a desempenhar um papel relevante. O número de propriedades e de proprietários aumentou, em relação às décadas anteriores, mas, em sua essência, a estrutura fundiária manteve-se inalterada.

A revolução de 1930, que derrubou a oligarquia cafeeira, deu um grande impulso ao processo de industrialização, reconheceu direitos legais aos trabalhadores urbanos e atribuiu ao Estado o papel principal

no processo econômico, mas não interveio na ordem agrária. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o Brasil redemocratizou-se e prosseguiu seu processo de transformação com industrialização e urbanização aceleradas. A questão agrária começou, então, a ser discutida com ênfase e tida como um obstáculo ao desenvolvimento do país. Dezenas de projetos-de-lei e de reforma agrária foram apresentados ao Congresso Nacional. Nenhum foi aprovado.

No final dos anos 50 e início dos 60, os debates ampliaram-se com a participação popular. As chamadas reformas de base (agrária, urbana, bancária e universitária) eram consideradas essenciais pelo governo, para o desenvolvimento econômico e social do país. Entre todas, foi a reforma agrária que polarizou as atenções.

Em 1962, foi criada a Superintendência de Política Agrária - SUPRA, com a atribuição de executar a reforma agrária.

Em março de 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, regulando as relações de trabalho no campo, que até então estivera à margem da legislação trabalhista. Um ano depois, em 13 de março de 1964, o Presidente da República assinou decreto prevendo a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União. No dia 15, em mensagem ao Congresso Nacional, propôs uma série de providências consideradas "indispensáveis e inadiáveis para atender às velhas e justas aspirações da população." A primeira delas, a reforma agrária.

Não deu tempo. No dia 31 de março de 1964, caiu o Presidente da República e teve início o ciclo dos governos militares, que duraria 21 anos.

### 3.2 O Estatuto da Terra

Logo após assumir o poder, os militares incluíram a reforma agrária entre suas prioridades. Um grupo de

trabalho foi imediatamente designado, sob a coordenação do Ministro do Planejamento, para a elaboração de um projeto-de-lei de reforma agrária. O grupo trabalhou rápido e, no dia 30 de novembro de 1964, o Presidente da República, após aprovação pelo Congresso Nacional, sancionou a Lei n 4.504, que tratava do Estatuto da Terra.

O texto - longo, detalhista, abrangente e bem-elaborado - constituiu-se na primeira proposta articulada de reforma agrária, feita por um governo, na história do Brasil.

Em vez de dividir a propriedade, porém, o capitalismo impulsionado pelo regime militar brasileiro (1964-1984) promoveu a modernização do latifúndio, por meio do crédito rural fortemente subsidiado e abundante.

O dinheiro farto e barato, aliado ao estímulo à cultura da soja - para gerar grandes excedentes exportáveis - propiciou a incorporação das pequenas propriedades rurais pelas médias e grandes: a soja exigia maiores propriedades e o crédito facilitava a aquisição de terra.

Assim, quanto mais terra tivesse o proprietário, mais crédito recebia e mais terra podia comprar.

Nesse período, toda a economia brasileira cresceu com vigor - eram os tempos do "milagre brasileiro" -, o país urbanizou-se e industrializou-se em alta velocidade, sem ter que democratizar a posse da terra, nem precisar do mercado interno rural. O projeto de reforma agrária foi esquecido e a herança da concentração da terra e da renda permaneceu intocada. O Brasil chega às portas do século 21 sem ter resolvido um problema com raízes no século 16.

### 3.3 Os Projetos de Colonização

A partir de 1970, como substitutivos da reforma agrária, o governo Federal lançou vários programas especiais de desenvolvimento regional. Entre eles, Programa de Integração Nacional - PIN (1970); o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à

Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA (1971); o Programa Especial para o Vale do São Francisco - PROVALE (1972); o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA (1974); o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE (1974).

O PIN e o PROTERRA foram os programas que mereceram maior atenção e aos quais foi destinada uma soma significativa de recursos. Com o propósito de ocupar uma parte da Amazônia, ao longo da rodovia Transamazônica, o PIN era baseado em projetos de colonização em torno de agrovilas e, segundo a versão da época, buscava integrar "os homens sem terra do Nordeste com as terras sem homens da Amazônia."

Na prática, verificou-se que a maior parte das cerca de 5.000 famílias deslocadas para a região eram procedentes do extremo Sul do país, principalmente, dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e não do Nordeste. Estudos posteriores demonstraram que os custos do programa foram altos, o número de famílias beneficiadas reduzido e o impacto sobre a região insignificante.

O desempenho do PROTERRA também deixou a desejar: o programa desapropriava áreas escolhidas pelos próprios donos, pagava à vista, em dinheiro, e liberava créditos altamente subsidiados aos fazendeiros. Apenas cerca de 500 famílias foram assentadas depois de quatro anos de criação do programa.

### 3.4 Resultados

Nos primeiros 15 anos de vigência do Estatuto da Terra (1964-1979), o capítulo relativo à reforma agrária, na prática, foi abandonado, enquanto o que tratava da política agrícola foi executado em larga escala.

A cada dia ouvimos os relatos feitos por membros do PVNC, que mostram uma epidemia de pessimismo. De acordo com estes relatos, do ponto de vista da atuação junto à sociedade, o PVNC está alheio a todas as "lutas" sociais. Do ponto de vista pedagógico, o PVNC não está trazendo propostas de inovação para contribuir com a transformação da pedagogia social apresentada por nossas Escolas tradicionais, agências sociais, responsáveis pela educação básica. Do ponto de vista econômico, o PVNC saiu de uma crise e passa por um período delicado, no qual continua não tendo propostas para aplicação do montante de suas contribuições.

Tudo isto pode ser desmistificado a partir do momento em que começamos a tornar visível fatos dos quais nós mesmos somos sujeitos. Assim, permitimos que todos entendam que o PVNC não adapta a teoria a prática e sim, faz com que a prática seja a teoria. O PVNC necessita somente de uma maior aproximação da teoria à "práxis".

O nome "Azânia é como os africanos chamam uma região localizada no Sul da África, berço da humanidade. Azânia também foi o nome dado ao movimento de consciência negra, liderado por Seteve Biko, o grupo que mais reivindicou a África do Sul a chamar-se Azânia." Para que possamos fazer jus a este nome é que estamos retomando os nossos trabalhos com todo desejo de que este seja realmente um espaço para que possamos explicitar todas as nossas lutas, manifestações, produções acadêmicas, produções populares e divulgar nossa atuação em cada lugar por onde temos passagem, para mantermos o canal de comunicação uns com os outros, permitindo que sejamos e façamos os outros serem. Pois, não podemos ignorar que a nossa iniciativa adquire forma sedutora, na medida em que as outras pessoas só tomam iniciativas mediante o apoio de outras pessoas.

Neste número de renascimento estamos dando destaque aos acontecimentos e discussões que revelam um panorama da situação do PVNC hoje e a intensidade de sua intervenção social e pedagógica. Temos a contribuição de alguns textos que nos ajudarão a refletir sobre a nossa atuação nos Núcleos e no conjunto dos Prés.

Para não deixá-los ansiosos até a leitura das próximas páginas, podemos garantir que a análise feita da atuação do PVNC, ao término desta edição, conclui que seu desempenho na mobilização das massas para a ação e reação, no que diz respeito aos acontecimentos sociopolíticos nada tem a ver com as constatações relatadas no início deste editorial.

O Jornal Azânia espera por você!

Em 1976, uma rebelião de estudantes em Soweto contra um sistema educacional ofensivo, se espalhou como fogo pelo país, seguindo um novo movimento de Consciência Negra, liderado por Steve Biko para encorajar os africanos. A prisão e a morte de Biko quem estava sob custódia da polícia gerou uma nova explosão da ira pública.

Nada mais empolgante do que reerguer uma proposta vital que possibilita promover a integração e união das nossas tentativas de intervenção social. Sendo mais objetivo, estamos nos referindo a este jornal, de nome Azânia, que agora encontra-se em suas mãos. Criado e idealizado para ser a ferramenta de divulgação, informação e contestação social, dentro do coletivo do Pre-Vestibular para Negros e Carentes, surgiu em 1995 com grande fôlego, após outras tentativas de jornais (com os nomes de Jornal Sem Nome e Quadro Negro), infelizmente, após publicações irregulares, nos anos seguintes, tem seu último número em Outubro de 1997. Apesar desses 2 anos de "buraco" cremos que a proposta original do jornal na verdade nunca se apagou. Essa empolgação inicial deverá ser constante ao longo do tempo, pois compartilharemos a cada número nossa união através da troca de idéias do que é o PVNC.

Para que saibamos em que chão nós pisamos nada mais lógico do que descrever o significado do nome deste jornal: "Azânia" é como os africanos chamam uma região localizada no Sul da África, berço da humanidade. Azânia também foi o nome dado ao movimento de consciência negra, liderado por Steve Biko<sup>1</sup>, o grupo que mais reivindicou a África a chamar-se Azânia." Para que possamos fazer jus a este nome é que estamos retomando os nossos trabalhos com todo o desejo de que este seja realmente um espaço para que possamos explicitar as nossas lutas, manifestações, produções acadêmicas, produções populares e divulgar nossa atuação em cada lugar por onde tivermos passagem, mantendo sempre o canal de comunicação uns com os outros aberto e sem exclusão ou manipulação. Nunca devemos ignorar que Movimento Sociais só tomam forma atuante a partir do momento que as outras pessoas envolvidas sentem-se parte e atuam junto, nunca fingindo fazer parte e se resguardando para os momentos de alegria, somando e atuando em prol do coletivo temos um MOVIMENTO.

A cada dia ouvimos os relatos feitos por membros do PVNC, que mostram uma epidemia de pessimismo. De acordo com estes relatos, do ponto de vista da atuação junto à sociedade, o PVNC está alheio a todas as "lutas" sociais. Do ponto de vista pedagógico, o PVNC não está trazendo propostas de inovação para contribuir com a transformação da pedagogia social apresentada por nossas Escolas tradicionais, agências sociais, responsáveis pela educação básica. Do ponto de vista econômico, o PVNC saiu de uma crise e passa por um período delicado, no qual continua não tendo propostas para aplicação do montante de suas contribuições.

Tudo isso pode ser desmistificado a partir do momento em que começarmos a ver que nas ações coletivas todos nos somos sujeitos, ou seja, o PVNC é aquilo que nós deixamos que ele seja. Entendermos que o PVNC não usa uma teoria para por em prática é vital, por sermos pioneiros fazemos da prática cotidiana nossa teoria. O PVNC necessita, de certa forma, somente de uma maior aproximação da teoria à "práxis".

Neste número de renascimento estamos dando destaque aos acontecimentos e discussões que revelam um panorama da situação do PVNC hoje e a intensidade de sua intervenção social e pedagógica. Temos a contribuição de alguns textos que nos ajudarão a refletir sobre a nossa atuação nos Núcleos e no conjunto dos prés.

Para não deixá-los ansioso até a leitura das próximas páginas, podemos garantir que a na análise feita da atuação do PVNC, ao término desta edição, conclui que seu desempenho na mobilização das massas para ação e reação, no que diz respeito aos acontecimentos sociopolíticos nada tem a ver com as constatações relatadas no início deste editorial.

O Jornal Azânia espera por você, boa leitura!

(1) Em 1976, uma rebelião de estudantes em Soweto contra o sistema educacional ofensivo, se espalhou como fogo pelo país, seguindo um novo movimento de Consciência Negra, liderado por Steve Biko para encorajar os africanos. A prisão e a morte de Biko que estava sob custódia da polícia gerou uma nova explosão da ira pública